

1

Presentes		
	Instituição	Representantes
01	Diretoria de Regulação Urbana - Presidente	Henrique Luiz Corrêa de Mello
02	Diretoria de Regulação Urbana	Gleide da Saúde Ferreira Sodré
03	Diretoria de Meio Ambiente	Isabela Cristina Batista Tomaz
04	Diretoria de Obras	-
04	Secretaria de Educação	-
05	Secretaria de Saúde	-
06	Câmara de Municipal	-
07	CODEMA – Conselho de Meio Ambiente de Lagoa Santa	Márcia Pinto de Moura
08	Associação Comercial e Industrial de Lagoa Santa	Stefano R. de Pinho Tavares
09	SINDUSCOM/ MG – Sind. Da Indústria e Construção Civil de Minas Gerais.	-
10	OAB – Ordem dos Advogados do Brasil 151° Sucessão – Lagoa Santa	Daniela Barbosa Nogueira
11	AREA – Associação de Engenheiros e Arquitetos de Lagoa Santa	-
12	Setor Popular	-

2

3

Pauta Preliminar

4

1 – 09:00h – 09:05h – **Abertura / Aprovação da Ata da 9° e 10° Reuniões Ordinárias e 1° Extraordinária.**

5

6

2 – 09:10h – 09:20 – **Plano de Saneamento Básico - Apresentação dos estudos encaminhados ao Legislativo.**

7

8

3 – 09:30h – 10:50h – **Assuntos Gerais.**

9

10

**ATA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCIDADE
REALIZADA EM 09 DE JANEIRO DE 2020
Aprovada em 13/02/2020**

11

12

13

14

15

16

17

Iniciando a reunião, mediante a confirmação previa de quórum, é feita a apresentação do novo diretor de Regulação Urbana, Sr. Henrique Luiz Correa Mello. Conforme a pauta são apresentadas informações a respeito do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, pertinente aos documentos que serão encaminhados ao poder legislativo municipal, destacando pelos presentes que as discussões a respeito do tema já foram abordadas em reuniões do Comitê de Saneamento Básico, do presente Conselho. Para a presente reunião, o que se pretende é apresentar uma síntese das principais informações relativas ao produto final do PMSB. Nesse momento o Sr. Stefano Tavares questiona se o Plano de Trabalho da COPASA já está assinado, é informado que não. É explicado aos presentes que, a questão dos resíduos sólidos e da drenagem correspondem temas

25

26 importantes e legalmente necessários, contemplados pelos estudos. Em relação a isso, os
27 conselheiros destacam que a questão do descarte irregular é um problema recorrente na cidade, e
28 que envolvem diretamente a necessidade de intensificação da fiscalização, pois são problemas muito
29 sérios. O Sr. Stefano Tavares relata fatos relativos ao transbordo de inertes interditado no bairro
30 Sobradinho e destaca que á uma questão urgente a se resolver, assim como de outras áreas
31 municipais que possuam essa finalidade, tendo em vista a demanda e volume de resíduos da
32 construção civil gerados em Lagoa Santa. No que se refere a drenagem a Sra. Márcia Moura destaca
33 que o PMSB, aborda já contempla em seus estudos a identificação de pontos críticos, o que reforça a
34 qualidade do diagnóstico feito para a realidade municipal em relação a esse tema. Lembra ainda que
35 já foi verificada a necessidade de se melhorar a capacidade de armazenamento da água em pontos
36 distintos da cidade, de modo a evitar a ocorrência e/ou recorrência da falta de água. Ainda sobre esse
37 tema lembrou a importância da pressão popular para que problemas antigos caminhem para uma
38 solução. Nesse sentido, lembrou de outro ponto importante que abarca as responsabilidades da
39 concessionária, diz respeito a eficiência do tratamento dos efluentes, realizadas nas Estações de
40 Tratamento de Esgoto - ETE, em especial a ETE Central. É informado aos presentes que a
41 participação popular, de maneira continuada corresponde uma das diretrizes do PMSB, observando
42 que essa pode ser realizada de modo quantitativo, desenvolvida após a aplicação de questionários
43 e/ou qualitativos realizados pelos canais de atendimento e audiências públicas que devem ser
44 desenvolvidos até a próxima revisão. Esses de maneira direta, acabam somando como uma pressão
45 a mais para a melhoria da qualidade das prestações de serviço de água e tratamento de esgoto.
46 Acrescentando informações a discussão, a Sra. Márcia pondera que durante o processo de
47 elaboração do PMSB, havia em exercício uma comissão para acompanhar o desenvolvimento dos
48 estudos e que, junto ao mesmo havia a representante da AREA, Sra. Maria Sarah de Carvalho
49 Batista, que participou das discussões e audiências públicas que foram desenvolvidas em diversos
50 pontos da cidade, destacando ainda que, segundo essa representante o PMSB está a contento,
51 atendendo as expectativas da população e também a realidade do município. Nesse ponto é
52 lembrado, que para a aprovação final dos estudos desenvolvidos pela empresa contratada SHS, foi
53 realizada um audiência pública final, e que mediante a apresentação síntese de todos os estudos
54 feitos para a produção do PMSB, esse foi aprovado. Na sequência a Sra. Daniela Nogueira lembra
55 que é preciso haver meios coercitivos na legislação do referido plano, para que se possa evitar
56 problemas futuros. A Sra. Márcia lembra que o Plano prevê a redução de perdas de água, que hoje
57 são em torno de 40%. O Sr. Stefano Tavares, lembra a existência de um sistema novo de adutoras
58 que está sendo implantado e das melhorias e problemas que podem ser ocasionados em decorrência
59 da não observação da tais questões, bem como a importância da fiscalização, que deve ser efetiva,
60 para que o funcionamento das propostas e a qualidade que se prevê alcançar possam se tornar reais.
61 O presidente do Conselho, Sr. Henrique Mello, fala nesse momento especificamente dos
62 procedimentos legais pertinentes ao ato de fiscalização, observa que qualquer punição deve ter um

63 procedimento seja definido por lei e que hoje um dos grandes problemas para a efetividade das
64 punições se deve ao fato de que existe a previsão do ato de descumprimento, porém sem a previsão
65 de como será realizada a cobrança para a infração e conseqüentemente, para que o processo seja
66 finalizado, atendendo a sua finalidade. Lembra que essa é uma questão constantemente combatida
67 para a melhoria dos procedimentos de fiscalização, destacando que mais importante que a punição
68 propriamente dita, é preciso definir como essa punição será regulamentada. O Sr. Stefano Tavares
69 pergunta sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo, dizendo que essa possui impacto direto sobre a
70 questão ambiental, seja pelo cobrança efetiva, seja pelas diretrizes que define relativas ao
71 adensamento e ocupação do território. Nesse momento se faz, por meio dos presentes, uma
72 discussão pertinente ao tema, relatando pontos que já foram apresentados em discussões anteriores
73 desse Conselho, destacando que muitos desses pontos foram ricamente discutidos, justamente pela
74 preocupação de tal realidade lembrada pelo conselheiro. Ainda nesse sentido a Sra. Daniela
75 Nogueira destaca a importância de se acionar o Ministério Público, sempre que houver a necessidade
76 de se mensurar e avaliar o dano ambiental. Dando sequência aos itens da pauta, é questionado aos
77 presentes a aprovação das atas da 9º e 10º Reuniões Ordinárias, não havendo objeção dos
78 presentes, apenas no Sr. Stefano, que por não estar presente nas referidas plenárias, se abstém da
79 aprovação. Ainda referente a pauta, se forma um breve diálogo a respeito da aprovação do
80 calendário, que fica aprovado conforme proposta apresentada. Findados os tópicos da pauta, é
81 indagado aos presentes se há alguma objeção quanto a aprovação do PMSB e/ou alguma
82 consideração a ser feita e relação ao mesmo. **Os presentes afirmam que diante dos dados e**
83 **procedimentos adotados até o momento, o plano pode ser considerado aprovado.** Na
84 oportunidade de discussão de assuntos gerais a Sra. Márcia Moura solicita, por entender que o
85 CONCIDADE é o instrumento para a apresentação de tais temas, que a questão do Alvará do local
86 que antes era estacionamento e hoje funciona como loja, no centro da cidade, assim como de outros
87 locais que possuem irregularidades como essa ou outras relativas a construções que avançam para o
88 passeio sejam averiguadas e se pertinente, até mesmo multadas. Não obstante a essa realidade a
89 conselheira foi orientada pelo Sr. Henrique Mello a realizar o procedimento de denúncia no site
90 municipal, para que seja formalizado um processo para atendimento e verificação referidas
91 realidades, posto que dessa forma ela poderá inclusive acompanhar o andamento e resultado do
92 processo de fiscalização. Ainda nos assuntos gerais a conselheira Daniela Nogueira, pede para que
93 se tenha atenção aos desdobramentos do que se verificou ser uma irregularidade, se referindo
94 possível parcelamento de solo irregular, a ser implantado no bairro Jaquesville, o qual a mesma
95 tomou conhecimento no grupo de representantes da OAB. A mesma ainda ressalta que a o tema é
96 delicado, que assim que tomou conhecimento repassou a informação no grupo do CONCIDADE e
97 que sua preocupação é sim com a possibilidade da venda irregular, de lotes em parcelamentos não
98 aprovados e as conseqüências nocivas que isso pode acarretar a cidade. Lembra que utilizado o
99 nome de profissionais particulares, vinculando esses à Prefeitura Municipal, em uma estratégia de dar

100 respaldo a irregularidade. Observou que já foi informado a ela a abertura de processo no Ministério
101 Público, referente a questão, mas destaca que tal projeto mesmo sendo irregular não deveria ter sido
102 elaborado e divulgado como possível, tendo em vista que em seu entendimento, no local não é
103 possível a aprovação de lotes de 360 m², lembrando mais uma vez que trouxe a discussão para o
104 CONCIDADE por acreditar que esse é o local para discussão e proposta de solução e/ou caminhos
105 para resolver tais questões. Ainda nas discussões pertinentes aos assuntos gerais, foi levantada a
106 questão da implantação dos postos de combustíveis, sendo destacado que seria importante de inserir
107 a proposta ao código de obras, observando o tamanho mínimo de lote, especificidades para a
108 questão das manobras internas e também de acesso, assim como a questão da segurança do
109 entorno. Diante de todas essas colocações, verificou-se que apesar da rica discussão, entendimento
110 e ponderações promovidas pelos presentes, o quórum não estava completo. Nada mais havendo, a
111 reunião foi encerrada às 11h 15min.